



Acessibilidade Simbólica e Apropriação dos Espaços Públicos na Cidade Contemporânea: Parque dos Poderes em Campo Grande - MS

Silvana Romanini Monti

Mestranda, UCDB, Brasil
ra867668@ucdb.br
<https://orcid.org/0009-0002-1620-0624>

Natália Dotta

Doutoranda, UCDB, Brasil
dotta.arquitetura@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0006-3006-5691>

Scarlet Camargo da Costa

Mestranda, UCDB, Brasil
ra867322@ucdb.br
<https://orcid.org/0009-0003-8303-9057>

Luiza Orrigo Silva

Mestranda, UCDB, Brasil
ra867324@ucdb.br
<https://orcid.org/0009-0008-7181-8551>

Victoria Mauricio Delvizio

Doutora, UFMS, Brasil
victoria.delvizio@ufms.br
<https://orcid.org/0000-0002-3744-1825>



Acessibilidade Simbólica e Apropriação dos Espaços Públicos na Cidade Contemporânea: Parque dos Poderes em Campo Grande - MS

RESUMO

Objetivo - Analisar como se configura a acessibilidade simbólica e o processo de apropriação do Parque dos Poderes, em Campo Grande (MS), observando quais são as apropriações do espaço a partir dos usos e percepções dos indivíduos.

Metodologia - A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e interpretativa, fundamentada em autores como Lefebvre (2001), Bourdieu (1989) e Zukin (1995), combinando levantamento bibliográfico, análise documental de projetos e legislações, e aplicação de questionário online para captar percepções sobre acessibilidade simbólica e apropriação do Parque dos Poderes

Originalidade/relevância - O objeto da pesquisa identifica a falta de compreensão sobre como a acessibilidade simbólica e a apropriação de espaços institucionais, como o Parque dos Poderes, influenciam as dinâmicas de pertencimento, uso e exclusão social na cidade contemporânea.

Resultados - O estudo evidencia que o Parque dos Poderes atua como espaço de convivência e bem-estar, democratizando o acesso ao lazer e ao contato com a natureza. Entretanto, a disputa de poder manifesta-se na forma como o espaço é apropriado por diferentes usos, gerando tensões e conflitos simbólicos entre os frequentadores. Por ter sido ocupado de maneira espontânea pela população, o Parque carece de infraestrutura física adequada.

Contribuições teóricas/metodológicas - A pesquisa contribui para ampliar o entendimento das disputas simbólicas e sociais nesses espaços híbridos, destacando a importância do planejamento urbano e das políticas públicas na promoção de espaços mais democráticos e inclusivos em cidades em crescimento e fragmentadas, como Campo Grande.

Contribuições sociais e ambientais - O Parque dos Poderes é exemplo de apropriação espontânea do espaço, sendo percebido como patrimônio socioambiental de Campo Grande, porém, seu pleno potencial depende de investimentos em infraestrutura, acessibilidade e segurança.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade simbólica. Espaços públicos. Cidade Contemporânea.

Symbolic Accessibility and the Appropriation of Public Spaces in the Contemporary City: Parque dos Poderes in Campo Grande – MS

ABSTRACT

Objective – To analyze how symbolic accessibility and the appropriation process of the Parque dos Poderes in Campo Grande (MS) are configured, observing what the appropriations of space are based on the uses and perceptions of individuals.

Methodology – The research adopted a qualitative, exploratory, and interpretative approach, based on authors such as Lefebvre (2001), Bourdieu (1989), and Zukin (1995), combining a literature review, analysis of projects and legislation, and an online questionnaire to capture perceptions about symbolic accessibility and appropriation of the Parque dos Poderes.

Originality/Relevance – The research object identifies the lack of understanding of how symbolic accessibility and the appropriation of institutional spaces, such as the Parque dos Poderes, influence the dynamics of belonging, use, and social exclusion in contemporary cities. The study contributes to broadening the understanding of the symbolic and social disputes in these hybrid spaces, highlighting the importance of urban planning and public policies in promoting more democratic and inclusive spaces in growing and fragmented cities like Campo Grande.

Results – The study shows that Parque dos Poderes serves as a space for coexistence and well-being, democratizing access to leisure and contact with nature. However, the power struggle manifests itself in the way the space is appropriated for different uses, generating tensions and symbolic conflicts among visitors. Because it was spontaneously occupied by the population, the park lacks adequate physical infrastructure.

Theoretical/Methodological Contributions – The research contributes to a broader understanding of the symbolic and social disputes in these hybrid spaces, highlighting the importance of urban planning and public policies in promoting more democratic and inclusive spaces in growing and fragmented cities like Campo Grande.

Social and Environmental Contributions – Parque dos Poderes is an example of spontaneous appropriation of space, being perceived as a socio-environmental heritage of Campo Grande. However, its full potential depends on investments in infrastructure, accessibility, and security.

KEYWORDS: Symbolic accessibility. Public spaces. Contemporary city.



Accesibilidad Simbólica y Apropiación de los Espacios Públicos en la Ciudad Contemporánea: Parque dos Poderes en Campo Grande – MS

RESUMEN

Objetivo – Analizar cómo se configura la accesibilidad simbólica y el proceso de apropiación del Parque dos Poderes, en Campo Grande (MS), observando en qué se basan las apropiaciones del espacio en función de los usos y percepciones de los individuos.

Metodología – La investigación adoptó un enfoque cualitativo, exploratorio e interpretativo, fundamentado en autores como Lefebvre (2001), Bourdieu (1989) y Zukin (1995), combinando revisión bibliográfica, análisis de proyectos y legislación, y la aplicación de un cuestionario en línea para captar percepciones sobre la accesibilidad simbólica y la apropiación del Parque dos Poderes.

Originalidad/Relevancia – El objeto de la investigación identifica la falta de comprensión sobre cómo la accesibilidad simbólica y la apropiación de los espacios institucionales, como el Parque de los Poderes, influyen en las dinámicas de pertenencia, uso y exclusión social en las ciudades contemporáneas. La investigación contribuye a ampliar la comprensión de las disputas simbólicas y sociales en estos espacios híbridos, destacando la importancia de la planificación urbana y las políticas públicas en la promoción de espacios más democráticos e inclusivos en ciudades en crecimiento y fragmentadas, como Campo Grande.

Resultados – El estudio muestra que el Parque dos Poderes sirve como espacio de convivencia y bienestar, democratizando el acceso al ocio y el contacto con la naturaleza. Sin embargo, la lucha por el poder se manifiesta en la apropiación del espacio para diferentes usos, generando tensiones y conflictos simbólicos entre los visitantes. Debido a su ocupación espontánea por la población, el parque carece de infraestructura física adecuada.

Contribuciones Teóricas/Metodológicas – La investigación contribuye a una comprensión más amplia de las disputas simbólicas y sociales en estos espacios híbridos, destacando la importancia de la planificación urbana y las políticas públicas para promover espacios más democráticos e inclusivos en ciudades en crecimiento y fragmentadas como Campo Grande.

Contribuciones Sociales y Ambientales – El Parque dos Poderes es un ejemplo de apropiación espontánea del espacio, percibido como patrimonio socioambiental de Campo Grande. Sin embargo, su pleno potencial depende de las inversiones en infraestructura, accesibilidad y seguridad.

PALABRAS CLAVE: Accesibilidad simbólica. Espacios públicos. Ciudad contemporánea.

RESUMO GRÁFICO

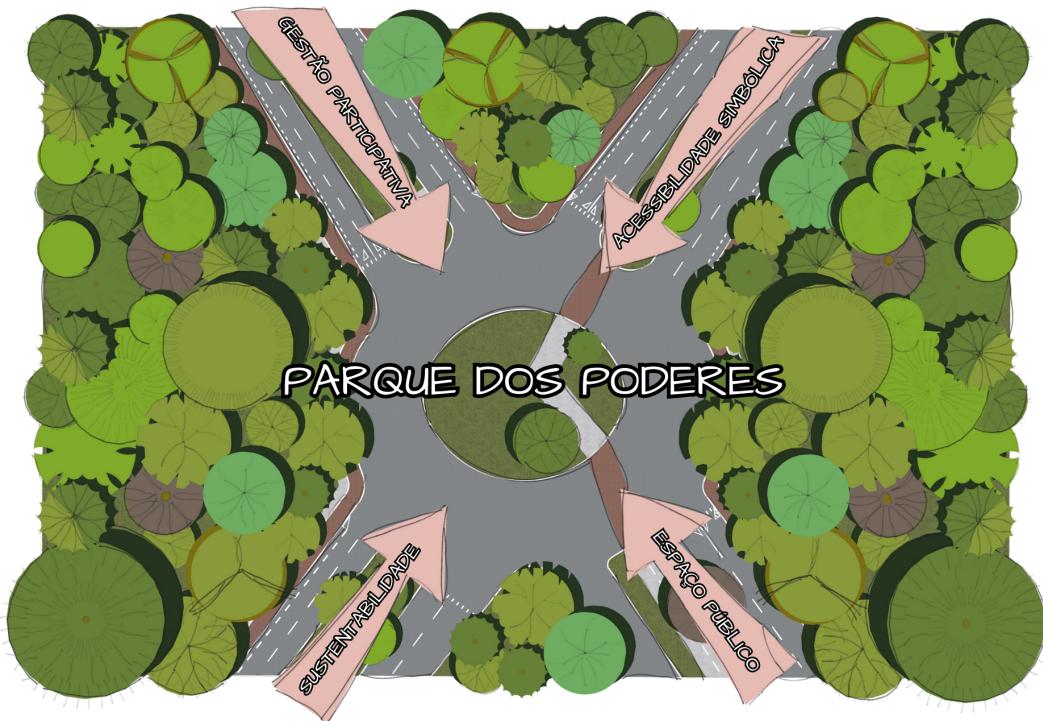


Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes

Technical and Scientific Journal Green Cities

ISSN 2317-8604 Suporte Online / Online Support

Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 45, 2025





1 INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea é atravessada por dinâmicas que contradizem a noção de espaço público em relação a convivência, participação e pluralidade de comportamentos, culturas e perfis de indivíduos. Se, por um lado, esses espaços são concebidos como bens coletivos e acessíveis a todos, por outro, sua vivência cotidiana expõe camadas de exclusão material e simbólica que afetam profundamente os modos de apropriação e pertencimento dos diferentes indivíduos.

Nesse contexto, a acessibilidade simbólica emerge como uma dimensão para compreender as formas desiguais de acesso, circulação e uso da cidade, principalmente quando essas questões não se manifestam apenas por barreiras físicas ou institucionais, mas também por sutis modos de distinção e segregação cultural, bem como social.

Assim, esta pesquisa busca refletir sobre a acessibilidade simbólica e a apropriação dos espaços públicos na cidade contemporânea, tendo como objeto de estudo o Parque dos Poderes (PP), em Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS). O espaço, abriga os principais órgãos do poder executivo estadual, e também se configura como um importante espaço de lazer, prática esportiva e convívio da população campo-grandense.

A pesquisa tem abordagem qualitativa e interpretativa, com base em revisão bibliográfica, análise documental além da aplicação de um questionário online. Assim, a ideia é levantar reflexões e percepções dos usuários sobre a acessibilidade simbólica, que frequentemente se ocultam sob a aparência de abertura e universalidade dos espaços públicos.

2 OBJETIVOS

O objetivo da pesquisa é analisar como se configura a acessibilidade simbólica e o processo de apropriação do Parque dos Poderes, em Campo Grande (MS), observando quais são os indivíduos que fazem uso do espaço a partir de seus usos e percepções, buscando compreender fatores sociais, culturais e institucionais que estabelecem o sentimento de pertença, acolhimento e uso democrático do espaço público por seus frequentadores.

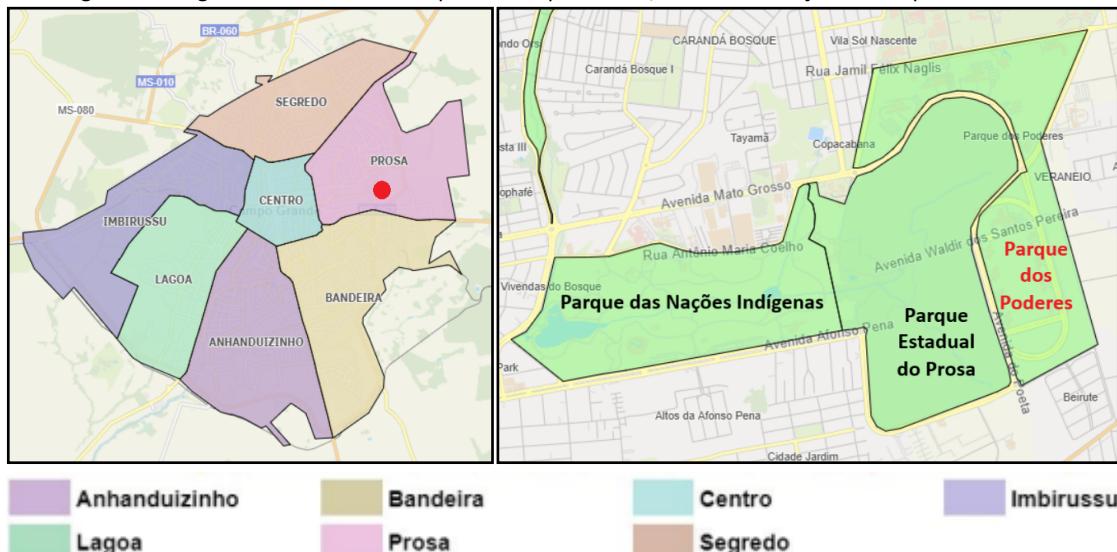
Como objetivos específicos apresentam-se:

1. A identificação da percepção dos usuários em relação ao Parque dos Poderes em extensão de lazer, prática de esportes e interação social;
2. Investigar a relação como a monumentalidade institucional e o caráter cívico do espaço podem influenciar a apropriação simbólica de diferentes indivíduos dentro do espaço;
3. Analisar os obstáculos físicos, sociais e simbólicos que possam corroborar com a exclusão em detrimento da acessibilidade plena dentro do Parque dos Poderes;
4. Sugerir uma reflexão sobre a gestão participativa e políticas públicas urbanas que possam ampliar a acessibilidade simbólica e a vivência democrática dos espaços públicos.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e interpretativa, cujo objetivo é compreender os sentidos atribuídos à acessibilidade simbólica e à apropriação dos espaços públicos no contexto da cidade contemporânea, tomando como objeto empírico o Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS (Figura 01). Considerando o espaço público como território de convivência e produção de identidades urbanas, o espaço em estudo reúne características institucionais, paisagísticas e cívicas, sendo, portanto, um território estratégico para compreender as dinâmicas de pertencimento, uso e exclusão que permeiam o cotidiano urbano.

Figura 01 - Regiões Urbanas do Município de Campo Grande/MS e a localização do Parque dos Poderes



Fonte: Adaptado de: Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande – MS (SISGRAN).¹

A escolha metodológica está fundamentada em autores como Henri Lefebvre (1991), para quem o espaço é uma construção social carregada de significados e relações de poder. A noção de acessibilidade simbólica, central neste estudo, dialoga com as contribuições de Bourdieu (1989) sobre os mecanismos simbólicos de distinção social e de Zukin (1995), que analisa como os espaços urbanos refletem e reforçam hierarquias culturais e exclusões implícitas.

Dessa forma, optou-se por um recorte empírico situado, concentrando-se no PP, complexo urbanístico que abriga a sede dos principais órgãos do poder executivo estadual, além de áreas verdes (reserva ambiental), equipamentos institucionais e vias estruturantes. Trata-se de um espaço urbano que combina funções políticas, administrativas, ecológicas e de lazer, e cuja ambiguidade de uso torna-se particularmente relevante para o tema em análise.

¹ Disponível em: <https://sisgranmaps.campogrande.ms.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2025.



1. Estratégia de Pesquisa

A pesquisa articula duas estratégias metodológicas:

- (I) Levantamento bibliográfico e documental;
- (II) Questionário *online*, aplicado no período de junho e julho de 2025.

O levantamento bibliográfico permitiu construir a base teórica que orienta o estudo, a partir de autores como Lefebvre (1991), Carlos (2007), Rolnik (2015), Haesbaert (2004), Gehl (2013) e Zukin (1995), entre outros. Já o levantamento documental envolveu a análise de projetos urbanísticos, planos diretores e legislações locais relativas ao Parque dos Poderes e sua função urbana.

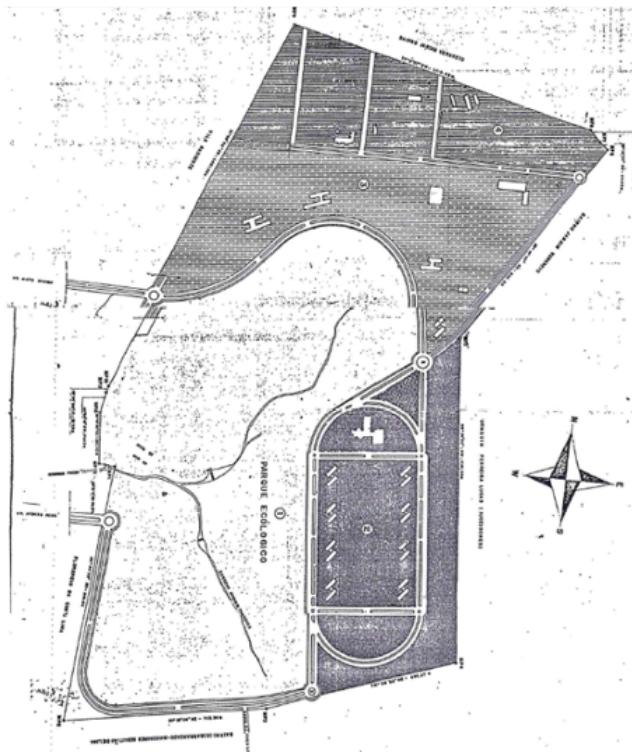
Foi aplicado um questionário online, elaborado por meio da ferramenta *Google Forms* (2025), com o objetivo de coletar percepções sobre a apropriação e a acessibilidade simbólica no PP. O instrumento foi composto por questões fechadas e abertas, distribuídas em três blocos temáticos: perfil sociodemográfico dos respondentes, formas de uso do espaço e percepções sobre pertencimento e exclusão simbólica.

2. Delimitação Espaço-Temporal: A cidade de Campo Grande/MS e o Parque dos Poderes

O recorte espaço-temporal desta pesquisa concentra-se na cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase no Parque dos Poderes, complexo urbanístico-administrativo que abriga a sede dos principais órgãos do poder estadual (Figura 02). Essa delimitação territorial é estratégica para a análise das relações entre espaço público, apropriação e acessibilidade simbólica, uma vez que o Parque dos Poderes se configura como um espaço institucional que, ao mesmo tempo, integra funções cívicas, ambientais e de lazer, tornando-se um lugar híbrido entre o monumental e o cotidiano.



Figura 02 -Planta da Reserva Ecológica do Parque dos Poderes (início da década de 1980)



Fonte: Menezes, 2022, p. 06.

Campo Grande foi fundada oficialmente em 26 de agosto de 1899, tendo se desenvolvido inicialmente como um ponto de passagem entre as rotas de gado e de comércio da região Centro-Oeste (IBGE, 2023). A cidade consolidou-se como capital estadual a partir da criação do Estado de Mato Grosso do Sul em 1977, por meio da Lei Complementar nº 31, que formalizou a divisão do antigo Estado de Mato Grosso (Mato Grosso do Sul, 1977). Desde então, Campo Grande passou a exercer uma centralidade político-administrativa regional e experimentou um acelerado processo de crescimento urbano e populacional. Esse processo foi marcado por uma expansão horizontal do tecido urbano e por dinâmicas de segregação socioespacial, fenômeno recorrente nas metrópoles brasileiras, em que a urbanização se dá de forma desigual e fragmentada (Carlos, 2007; Maricato, 2011; PLANURB, 2019).

Neste contexto, a criação do Parque dos Poderes representa um marco simbólico e funcional do novo ordenamento institucional promovido com a instalação da capital de Mato Grosso do Sul em Campo Grande. Idealizado nos anos imediatamente posteriores à promulgação da Lei Complementar nº 31/1977, que instituiu o novo ente federativo, o PP foi concebido como parte de uma estratégia de modernização da administração pública estadual, inspirada em princípios do urbanismo modernista, notadamente a setorização funcional e a monumentalidade arquitetônica (Maricato, 2011; PLANURB, 2019).



“Numa área de 285 hectares está localizada a reserva ecológica do Parque dos Poderes assim denominado por abrigar os principais órgãos dos poderes executivo, judiciário e legislativo do Estado. Suas primeiras edificações foram implantadas na década de 1980 resultando nos atuais oito blocos administrativos do poder executivo, situados em meio à reserva florestal. Uma vista aérea desse conjunto revela o contorno de uma elipse tendo numa de suas extremidades o Palácio Popular da Cultura, prevendo-se no projeto original a construção do Palácio do Governo, em área ainda disponível na outra extremidade. Nas proximidades estão instalados os prédios da Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Palácio das Comunicações, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal de Contas e Quartel da Polícia Militar, além de sede para clubes de servidores. As avenidas Afonso Pena e Mato Grosso dão acesso à reserva que, além de abrigar a nascente de córregos, apresenta extensa área de vegetação nativa onde espécies da fauna regional são preservadas em seu habitat natural.” (IBGE, 2025)

O projeto foi elaborado pelo arquiteto Élvio Garabini e sua execução teve início em 1981, sendo oficialmente inaugurado em 1983, consolidando-se como sede dos três poderes estaduais e de diversos órgãos autônomos, incluindo a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Ministério Público (Governo do Estado de MS, 2020) (Figura 03).

Figura 03 - Vista [aérea] do Parque dos Poderes: Bloco das Secretarias: Campo Grande, MS



Fonte: IBGE, 2025.

Do ponto de vista urbanístico, o Parque dos Poderes está localizado na região leste de Campo Grande. Essa área se insere em uma zona urbana de transição entre setores residenciais de média e alta renda e áreas de preservação ambiental.

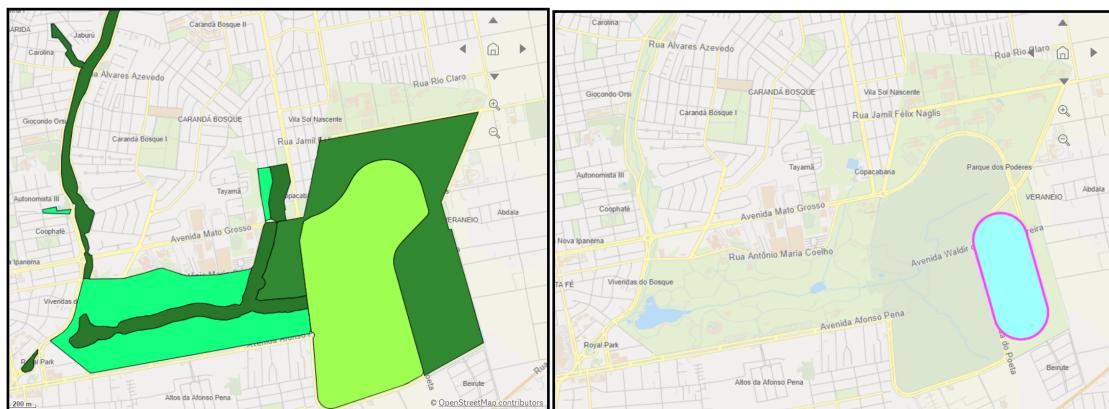
O Parque dos Poderes está implantado em uma extensa área de cerrado preservado — oficialmente parte do Parque Estadual do Prosa — e integra um dos principais corredores ecológicos da cidade, que inclui também o Parque das Nações Indígenas. Do ponto de vista do zoneamento urbano e das diretrizes do Plano Diretor Participativo de Campo Grande (PDP, 2019), o PP está inserido em uma Zona de Especial de Interesse Ambiental (ZEIA 5) e Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC 3) (entre as avenidas do Poeta, Desembargador José Nunes da Cunha, Marcelo de Castro Fontes Junior e Waldir dos Santos Pereira – Bairro Veraneio), caracterizada por baixa densidade construtiva, uso predominantemente governamental e áreas públicas de preservação paisagística e ecológica (Figura 04).



Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 45, 2025

“No Parque dos Poderes, centro político e administrativo do Estado, situado no setor leste da cidade, dentro de uma reserva ecológica com área de mais de 200 hectares, encontra-se um conjunto de edifícios públicos de arquitetura moderna paulista um pouco tardia, construídos no ano 1982, todos projetados por arquitetos locais (...) com uso do concreto aparente e janelas envidraçadas em grande escala.” (ARRUDA, 2000, p. 8-9)

Figura 04 – Zona Especial de Interesse Ambiental e Zona Especial de Interesse Cultural da região do Parque dos Poderes



Fonte: Adaptado de: Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande – MS (SISGRAN).²

Disponível em: <https://sisgranmaps.campogrande.ms.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2025.

Paralelamente à sua função institucional, o PP passou por um processo gradual de reformulação e apropriação pela população como espaço público (Figura 05). A presença de calçadas largas, ciclovias, trilhas, vias arborizadas e uma vasta área verde transformaram o local em um dos principais pontos de lazer, esporte e convivência da cidade, sobretudo aos fins de semana e feriados (Figura 06). Essa reconfiguração de uso evidencia a plasticidade social dos espaços urbanos e a coexistência de funções oficiais e espontâneas no mesmo território, desafiando os modelos rígidos de planejamento (Gehl, 2013).

² Disponível em: <https://sisgranmaps.campogrande.ms.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2025.

Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 45, 2025

Figura 05 - Pistas de caminhada e corrida (A), ciclovia (B), ponto de descanso (C) e estação de ginástica (D) instaladas



no Parque dos Poderes após a requalificação

Fonte: COUTINHO et al., 2023, p. 1200.³

Figura 06 - Movimentação no Parque dos Poderes aos fins de semana.



Fonte: MACHADO, 2020.

O Parque dos Poderes constitui um dos principais espaços públicos da cidade, no entanto, sua apropriação permanece marcada por tensões simbólicas, uma vez que a monumentalidade cívica e o caráter oficial do espaço podem limitar a sensação de pertencimento entre determinados indivíduos (Rolnik, 2015). Essa dualidade torna o PP um objeto empírico relevante para refletir sobre as relações entre planejamento urbano,

³ Disponível em: <file:///C:/Users/Victoria%20Delvizio/Downloads/85+-+Ela%C3%ADne+Britto+de+Castro.pdf>. Acesso em: 05 set. 2025.



arquitetura institucional e o direito à cidade (Lefebvre, 2001). Nos últimos anos, o local tem sido alvo de propostas de requalificação ambiental e urbanística, motivadas por demandas de acessibilidade, mobilidade e sustentabilidade. Essas intervenções, embora necessárias, também geram disputas em torno das formas de gestão do espaço público, evidenciando o embate entre modelos técnicos e práticas participativas de uso e apropriação.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. O espaço público na cidade contemporânea

De antemão, é essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (Raffestin, 1993).

O espaço público é considerado como aquele espaço que, dentro do território urbano tradicional, é de uso comum, de posse coletiva e pertence ao poder público (Narciso, 2009). Especialmente nas cidades, onde a presença da dimensão espacial privada é predominante, o espaço público propicia a possibilidade da ação política na contemporaneidade (Serpa, 2004).

Nesse sentido, Arendt (1987) diz que para entender o conceito de espaço público é necessário compreender a noção do significado da política. E nesse sentido, vai afirmar que “a política se baseia no fato da pluralidade dos homens, ela deve, portanto, organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais.” Jacobs (2011), no mesmo contexto, entende a importância da diversidade de pessoas no espaço público, tanto em relação a estilos de vida, classes sociais ou comportamentos.

Partindo da ideia de que a vida pública é o espaço da liberdade, da fala e do discurso, nos quais o poder de decisão, a partilha do poder e o processo de decisão sobre a vida pública são realizados pela participação cada vez maior da coletividade (Neves, 2003, p.163), o espaço público constitui, ou deveria constituir, uma fonte de forte representação pessoal, cultural e social, pois trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem aos discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais que constituem uma sociedade (Narciso, 2009).

Quando se trata sobre a análise do espaço público urbano, forma e conteúdo são indissociáveis. A discussão passa necessariamente pela difícil articulação entre os aspectos que dão “concretude” à esfera pública urbana e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam seu caráter intersubjetivo e a necessidade de uma abordagem fenomenológica do problema (Serpa, 2004).

Esta abordagem, assim, passa necessariamente pela discussão da noção de cidadania e da ação política e também, em se tratando de um conceito evidentemente geográfico, pela análise da acessibilidade. Nesta, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica. Sob essa



perspectiva, então, acessibilidade e alteridade possuem uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos (Serpa, 2004).

É chamado de alteridade aquilo que é diferente, externo ao grupo que se territorializa. O território, portanto, se constrói pela diferença, por uma relação de separação (física ou simbólica) com aquilo que não é ele (Haesbaert, 1997).

Por outro lado, uma imagem clara do entorno constitui uma base valiosa para o desenvolvimento individual. Um cenário físico vivo e integrado, capaz de produzir uma imagem bem definida, desempenha também um papel social. Pode fornecer a matéria-prima para os símbolos e as reminiscências coletivas da comunicação de grupo (Lynch, 2011 p.05).

Em análise do papel do espaço público na cidade contemporânea, Lefebvre (1991) entende que o espaço público e, sobretudo, social, contém antes de tudo as representações das relações de produção, que, por sua vez, enquadram as relações de poder, não só nos espaços públicos, mas também nos edifícios, nos monumentos e nas obras de arte. A triplicidade ou tríade lefebriana é também uma característica subjacente a estrutura espacial da esfera pública urbana:

a) as práticas espaciais, englobando produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais característicos para cada formação social, assegurando continuidade em um quadro de relativa coesão; *b)* as representações do espaço, ligadas às relações de produção, a ordem imposta, ao conhecimento, aos signos e códigos, as relações "frontais"; *c)* os espaços de representação, apresentando simbolismos complexos, expressão do lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também da arte (Lefebvre, 1991).

Dessa forma, observa-se que o espaço público urbano é ao mesmo tempo concreto e simbólico, material e representacional, revelando tanto as estruturas de poder quanto às possibilidades de construção coletiva da vida em sociedade.

Serpa (2004) cita que se o adjetivo "público" diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços "abertos" de uso coletivo.

Nesse sentido, essas tantas dimensões: políticas, sociais, culturais e estéticas fazem com que o espaço público contemporâneo seja também um campo de disputa permanente se tornando fundamental a discussão de como as identidades sociais se articulam com a acessibilidade simbólica e com a apropriação do espaço.

2. As identidades sociais, a acessibilidade simbólica e a apropriação do espaço.

O espaço apropriado, lugar produzido, é o que pode ser entendido como território se for levado em consideração o fator da territorialidade, aspecto que possibilita a construção da identidade do cidadão com um lugar, de sentir-se parte daquilo que lhe pertence (Santos, 2009).



Cada indivíduo cria e assume sua própria imagem, mas parece existir um consenso substancial entre membros do mesmo grupo. Essas imagens de grupo, consensuais a um número significativo de observadores, é que interessam aos planejadores urbanos dedicados a criação de um ambiente que venha a ser usado por muitas pessoas (Lynch, 2011, p.08).

Nessa perspectiva, a discussão sobre as identidades urbanas ainda é pouco explorada, inclusive nos estudos antropológicos. No entanto, há um certo consenso de que as "identidades" são construídas a partir do reconhecimento da alteridade, ou seja, do que não se é. Essa construção só é possível em contextos nos quais há interação, trocas, relações ou contatos entre indivíduos (Barth, 1969). Para Bourdieu (1989), o mundo social é também um campo de representações e de vontades, no qual existir socialmente implica ser percebido como alguém distinto.

O poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão, quando impostos ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso, em particular, sobre a identidade e a unidade deste mesmo grupo. A etimologia da palavra *região* (*regio*), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da "di-visão", ato mágico, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc. (Bourdieu, 1989).

"As lutas a respeito da identidade (...) são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo" (BOURDIEU 1989, p. 113).

Ou seja, quando uma visão do mundo (e de quem pertence a qual grupo) é aceita por todos, essa identidade se torna "real" e eficaz socialmente. Por sua vez, o território está ligado à identidade (quem somos nós enquanto grupo). Para existir como tal, ele precisa de uma certa homogeneidade, um "sentimento de pertencimento" que o une. Isso se faz, por exemplo, pela criação de fronteiras, físicas ou simbólicas, que separam "nós" dos "outros" (Martins; Chagas, 2021).

Os estilos de vida são um exemplo, sendo produtos sistemáticos do hábito que, percebidos a partir das relações sociais, transformam-se em sistemas de signos qualificados socialmente. O fundamento da "alquimia" que transforma a distribuição do capital em um sistema de diferenças percebidas está, portanto, na dialética que contrapõe o hábito às condições materiais objetivas. O gosto, a propensão e a aptidão à apropriação — material e/ou simbólica — de objetos e práticas constitui-se num princípio gerador de estilos de vida distintos: um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem uma intenção expressiva (Bourdieu, 1989).



Assim, o espaço construído não é apenas um objeto percebido (ou desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar sua estrutura. Estruturar e identificar o ambiente é uma capacidade vital entre todos os animais que se locomovem. Muitos tipos de indicadores são usados: as sensações visuais de cor, forma, movimento ou polarização da luz, além de outros sentidos como o olfato, a audição, o tato, a cinestesia, o sentido da gravidade e talvez, dos campos elétricos ou magnéticos (Lynch, 2011).

O acesso ao espaço público não depende somente da infraestrutura (rampa, calçada, transporte), depende de uma acessibilidade simbólica: sentir-se autorizado, pertencente, confortável naquele espaço. Pessoas com menos capital escolar ou econômico podem não se sentir pertencentes a certos espaços urbanos (como museus, cafés, praças “gourmetizadas”). (Haesbaert, 1997; Garrigou, 1998 apud Serpa, 2004). Segundo Hooks (1990), as condições de marginalidade são frequentemente associadas a cidadãos periféricos, e é usualmente associada a um status de negação ao acesso e exclusão social.

A classe social molda os modos de agir, perceber, andar, ocupar o espaço. Isso é o que Bourdieu (1989) chama de *habitus*: o conjunto de disposições incorporadas pelo indivíduo com base em sua vivência social. Esse *habitus* determina quem se sente à vontade em certos espaços e quem não se sente. Assim, a territorialização muitas vezes gera privatização simbólica dos espaços públicos: eles existem, mas não são acessíveis a todos da mesma forma. (Haesbaert, 1997; Garrigou, 1998 apud Serpa, 2004).

O “capital escolar” (Serpa, 2004) (entende-se grau de escolaridade, conhecimento formal) e os modos de consumo (forma como as pessoas consomem bens, serviços, cultura) também são elementos determinantes das identidades sociais. “Na cidade, a identidade social (como a pessoa é reconhecida socialmente) depende muito desses dois fatores. Isso quer dizer que espaços urbanos são apropriados diferentemente conforme a classe social” (Serpa, 2004).

Bourdieu (1979) afirma que gostos, hábitos e comportamentos são formas de distinção simbólica entre classes sociais, podendo explicar o porquê do sentimento de não pertencimento de certos indivíduos em determinados espaços urbanos considerados de alta classe. Lefebvre (1968) entende o conceito de acesso urbano, como o direito de apropriação e uso do espaço público, tanto fisicamente como com dimensões simbólicas e subjetivas, que pode sim ser determinado a partir da hierarquização social dos indivíduos.

Desse modo, a acessibilidade ao espaço público da/na cidade contemporânea é, em última instância, hierárquica. Mesmo sendo “públicos”, os espaços da cidade não são vividos igualmente por todos a partir da visão hierárquica social. A acessibilidade, mesmo que formalmente garantida fisicamente, é hierarquizada socialmente. Quem tem mais capital cultural, econômico e simbólico, acessa mais plenamente. Quem tem menos, vive a cidade com restrições simbólicas e práticas.

Serpa (2004) defende que no espaço público contemporâneo há uma ideia de acessibilidade que é sobretudo simbólica. Ele mostra como o “capital escolar” (ou cultural), estilos de consumo, hábitos e repertórios simbólicos (linguagens projetuais, visibilidade, estética



urbana) influenciam quem se sente pertencente ao espaço público. Espaços projetados para serem acessíveis fisicamente podem, simbolicamente, ser inacessíveis para quem não compartilha certos repertórios culturais ou recursos simbólicos.

A partir deste conceito, pode-se entender que a ideia de acessibilidade simbólica se refere ao quanto espaços, objetos, práticas sociais, ideias e representações — para além das barreiras físicas — são percebidos, sentidos, apropriados ou negados por diferentes indivíduos, em especial aqueles historicamente marginalizados. Em outras palavras, acessibilidade simbólica é a possibilidade de um sujeito se ver representado, participar e sentir-se pertencente a algo, de modo que não ocorram exclusões invisíveis ou sutis por causa de identidade, cultura, classe, gênero, deficiência, raça etc.

Falar da acessibilidade simbólica envolve significados, representações, identidades, percepções de legitimidade e pertencimento — ou seja, o quanto ambientes, discursos, símbolos e práticas reconhecem ou legitimam a presença de um sujeito, bem como permitem sua participação plena, não apenas física, mas socialmente, culturalmente. Inclui o direito de ser reconhecido, de ocupar o espaço sem estigma ou invisibilidade, de participar das regras simbólicas que estruturam a vida social.

Por exemplo, um parque urbano contemporâneo (ou não) que tecnicamente cumpre normas de acessibilidade física (rampas, piso adequado, etc.), mas cuja estética, sinalização, linguagem ou programação cultural é tal que pessoas de baixa escolaridade ou sem repertório cultural reconhecido se sentem intimidadas ou não pertencentes naquele espaço. Este suposto caso parece tomar vida quando o aproximamos da realidade do Parque dos Poderes, na medida em que seu espaço físico possui uma acessibilidade distinta de seu espaço simbólico como os resultados da pesquisa revelaram.

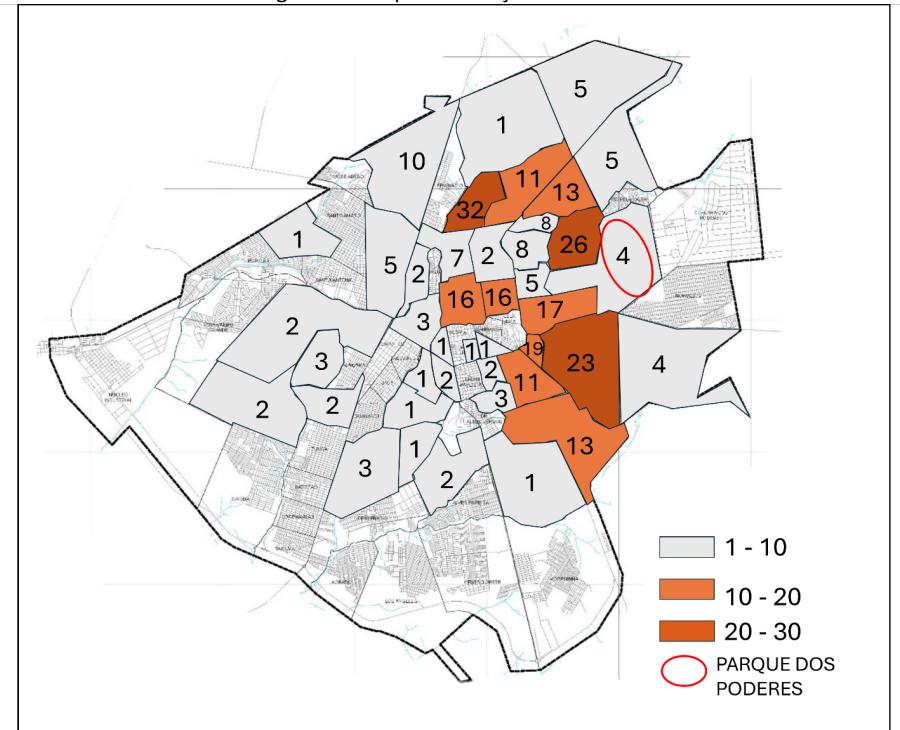
5 RESULTADOS

A aplicação do questionário ocorreu por meio de formulário digital, amplamente divulgado em plataformas online, com o objetivo de compreender o perfil e a percepção dos usuários do Parque dos Poderes. Ao todo, obteve-se a participação de 310 respondentes, dos quais 53,9% são do sexo feminino e 45,8% do sexo masculino. Em relação à faixa etária, observou-se predominância de participantes entre 40 e 49 anos, correspondendo a 36,5% da amostra, seguida pela faixa entre 30 e 39 anos, com 31,9%, e entre 20 e 29 anos, com 14,5%. As faixas etárias menos representadas foram a de 50 a 59 anos, com 13,9%, e a de 60 anos ou mais, com apenas 2,9%.

No que se refere ao bairro de residência dos usuários que frequentam o espaço em análise, verifica-se um aspecto relevante e, em certa medida, esperado: a predominância da presença de moradores oriundos de bairros localizados em áreas próximas. Tal constatação corrobora a lógica de que a proximidade territorial constitui fator determinante na utilização cotidiana de equipamentos e espaços públicos. Entretanto, a pesquisa revelou um dado adicional de grande relevância: ainda que em menor número (considerando-se que determinados bairros apresentaram menos de dez respondentes) há também a participação de

usuários provenientes de regiões mais distantes, inclusive de bairros situados nos limites do perímetro urbano. Essa informação reforça a amplitude do alcance do espaço em questão, indicando que sua atratividade ultrapassa a esfera local e estende-se a diferentes setores da cidade. A Figura 07 ilustra de forma mais detalhada a distribuição espacial desses usuários, evidenciando a diversidade de origens dos frequentadores.

Figura 07- Mapa Localização de usuários



Fonte: Autoras, 2025.

No que se refere ao meio de deslocamento utilizado para acessar o PP, verificou-se predominância do transporte por automóvel particular, relatado por 86,8% dos participantes. Em seguida, destacam-se o deslocamento a pé, citado por 5,5%, e o uso de motocicletas, mencionado por 3,2%. Quanto à frequência de utilização do espaço, 53,2% dos respondentes afirmaram frequentá-lo entre duas e cinco vezes por semana, enquanto 22,3% indicaram visitá-lo uma vez por semana e 16,5% declararam frequentá-lo raramente. Apesar de 7,7% relataram frequentar o local diariamente. A preferência pelo período de visita também foi analisada, revelando que a grande maioria dos usuários opta pelo turno matutino. Em contrapartida, 12,3% frequentam o PP no período da tarde, e 8,7% no período noturno.

A motivação principal para a utilização do espaço mostrou-se fortemente vinculada à prática de atividades físicas, indicada por 77,7% dos respondentes. O lazer foi apontado por 14,2% e o deslocamento por razões de trabalho representou 8,1%. No tocante às percepções negativas, 63,2% dos participantes destacaram a ausência de banheiros públicos como principal deficiência, seguida da insuficiência de infraestrutura esportiva, mencionada por 15,8%, e da



iluminação precária, apontada por 9,4%. Em contrapartida, entre os aspectos positivos, 78,4% valorizaram a ampla área verde preservada, 10% ressaltaram a utilização do espaço para eventos culturais e de lazer, e 4,2% destacaram a infraestrutura disponível para esportes. A análise conjunta dos dados permite inferir que, embora o deslocamento majoritário se dê por meio de automóveis particulares, o PP exerce forte atratividade para a prática de atividades físicas regulares, realizadas sobretudo no período matutino. Essa preferência pode ser parcialmente explicada pela deficiência de iluminação, que limita a utilização do espaço em horários noturnos. Além disso, a frequência semanal de visitas (com predominância entre duas e cinco vezes por semana) sugere que o Parque dos Poderes é percebido pelos usuários como um espaço acolhedor, de uso recorrente e integrado ao cotidiano da população local.

Foi questionado se o respondente considera o Parque dos Poderes acolhedor, sendo que nas 310 respostas sobre a percepção da população em relação ao PP revela-se um predomínio de avaliações positivas, ainda que permeadas por críticas estruturais e sugestões de melhorias. A maior parte dos participantes considera o espaço acolhedor, destacando como elementos centrais a preservação ambiental, a ampla área verde, a fauna silvestre, a tranquilidade e a possibilidade de práticas esportivas ao ar livre. O PP é descrito como um refúgio dentro da cidade, capaz de proporcionar bem-estar físico e mental, além de ser percebido como um espaço democrático de convivência, frequentado tanto por atletas quanto por famílias em busca de lazer gratuito e contato com a natureza.

Não obstante, um conjunto expressivo de respostas evidencia limitações que comprometem a sensação de acolhimento. Entre as críticas mais recorrentes, destacam-se a ausência de banheiros públicos e bebedouros, a insuficiência de iluminação, especialmente no período noturno, e a carência de policiamento e fiscalização. Muitos participantes apontam a insegurança como um fator limitante, seja pelo tráfego intenso de veículos em horários de grande circulação de esportistas, seja pela presença de comportamentos de risco, como excesso de velocidade e uso inadequado do espaço por indivíduos alcoolizados.

Outra questão frequentemente mencionada refere-se à falta de infraestrutura adequada para a prática esportiva. A inexistência de delimitação clara entre corredores, ciclistas e pedestres gera conflitos de uso e potenciais acidentes, levando parte dos usuários a reivindicar maior organização do fluxo, sinalização específica e até mesmo horários exclusivos para determinadas modalidades. Embora o fechamento das vias aos finais de semana seja amplamente elogiado, há consenso de que o horário de interdição poderia ser antecipado, dado que muitos iniciam suas atividades ainda de madrugada.

As opiniões mais críticas argumentam que o PP, apesar de sua relevância ambiental, ainda reflete um projeto voltado prioritariamente ao tráfego de veículos, apresentando travessias inseguras, calçadas irregulares e pouca acessibilidade. Há ainda quem não considere o espaço acolhedor justamente pela ausência de elementos de hospitalidade urbana, como áreas de convivência, mobiliário adequado e atendimento básico aos frequentadores.

Em síntese, o Parque dos Poderes é amplamente valorizado pela população como um patrimônio ambiental e social de Campo Grande, capaz de integrar natureza, esporte e lazer em



um mesmo espaço. Entretanto, a análise das respostas evidencia a necessidade de investimentos consistentes em infraestrutura, segurança, acessibilidade e gestão de fluxos, de modo a garantir que seu caráter acolhedor se concretize plenamente para todos os públicos.

6 CONCLUSÃO

A investigação acerca da acessibilidade simbólica no Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS, evidenciou que os espaços públicos, ainda que concebidos sob a perspectiva da universalidade de acesso, apresentam barreiras materiais e, sobretudo, simbólicas que condicionam sua apropriação e o sentimento de pertencimento dos diferentes indivíduos. O estudo demonstrou que a dimensão simbólica da acessibilidade constitui elemento central para a compreensão das desigualdades urbanas, ao articular fatores culturais, sociais e institucionais que ultrapassam a mera disponibilidade física da infraestrutura.

Os dados obtidos por meio do questionário online revelaram uma percepção majoritariamente positiva do Parque dos Poderes, associado à preservação ambiental, à ampla área verde e às possibilidades de prática esportiva e lazer. Todavia, a pesquisa também destacou deficiências estruturais, como a ausência de banheiros públicos, a precariedade da iluminação e a insuficiência de infraestrutura de segurança, fatores que comprometem a qualidade da experiência dos usuários. Essas lacunas reafirmam que a valorização social do espaço, embora significativa, encontra limites quando confrontada com a ausência de condições adequadas de acolhimento urbano.

Do ponto de vista teórico, a análise corroborou a pertinência das contribuições de Lefebvre (2001), Bourdieu (1989), Serpa (2004) e Zukin (1995) para a compreensão das dinâmicas urbanas contemporâneas. O caso do PP ilustra como a monumentalidade institucional pode coexistir com usos cotidianos, mas também como essa ambiguidade produz tensões simbólicas que podem restringir a vivência democrática do espaço público.

Conclui-se, portanto, que, embora o PP seja reconhecido como patrimônio ambiental e cultural da cidade de Campo Grande/MS, sua efetivação como espaço público inclusivo depende de políticas integradas de gestão urbana. Tais políticas devem contemplar simultaneamente a qualificação da infraestrutura, a ampliação das condições de acessibilidade física e simbólica e a incorporação de práticas participativas de planejamento e gestão. Somente dessa forma será possível assegurar a consolidação do Parque dos Poderes enquanto território de convivência plural, expressão da cidadania e efetivação do direito à cidade.



Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 45, 2025

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1987.
- ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. A difusão da arquitetura moderna brasileira em Campo Grande. **Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 4, n. 3, p. 25-54, 2000.
- BARTH, F. **Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference**. Oslo: Universitetsforlaget, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- COUTINHO, Dolores Pereira Ribeiro; CASTRO, Elaíne Britto de; RODRIGUES, Israel Vitor Bonfim; CASADEI, Juliana de Mendonça; MACHADO, Flávia Cristina Albuquerque Palhares. Requalificação do Parque dos Poderes de Campo Grande, MS: potencializando o uso contemporâneo para prática de atividades físicas ao ar livre. **Scientific Journal ANAP**, v. 1, n. 3, p. 1191, 2023. Edição Especial - Proceedings of the I Latin American Symposium on City, Architecture and Sustainability.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GOOGLE. **Google Forms**. Mountain View, Califórnia: Google, [s. d.]. Disponível em: <https://forms.google.com>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Parque dos Poderes – História e Planejamento**. Campo Grande: SEGOV, 2020.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOOKS, Bell. **Yearning: race, gender, and cultural politics**. Boston, MA: South End Press, 1990.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=442142&view=detalhes>. Acesso em: 9 set. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Resultados Populacionais Preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente com data de referência em 1º de julho de 2023**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos Lacerda. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. (Coleção Cidades).
- MACHADO, Mirian. Capital: Para quem frequenta o Parque dos Poderes, projeto após 38 anos é bem vindo. **Campo Grande News**, 6 dez. 2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-quem-frequenta-o-parque-dos-poderes-projeto-apos-38-anos-e-bem-vindo>. Acesso em: 5 set. 2025.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARTINS, Mateus Pires; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Território, territorialização e territorialidade: proposta de avanço de chaves teóricas para a análise da(s) dinâmica(s) das cidades. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional – G&DR**, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 314-325, maio/ago. 2021. ISSN 1809-239X.
- MATO GROSSO DO SUL. Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 out. 1977.



Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 45, 2025

MENEZES, Fernando Vendrame. **Contextualização Histórica sobre a construção e a implementação do Parque dos Poderes. Patrimônio Cultural de Campo Grande**. Campo Grande, MS, 2022. Disponível em: https://cdn.campogrande.ms.gov.br/portal/prod/uploads/sites/18/2024/11/Contextualizacao-Historica_PQ-PODERES.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 265-291, 2º sem. 2009. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a02.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2025.

NEVES, Ângela Vieira. Espaço público em Hannah Arendt e Habermas: em busca de uma reflexão. **Temáticas**, Campinas, v. 11, n. 21, 2003.

PLANURB – AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO. **Plano Diretor de Campo Grande – Diagnóstico Técnico-Territorial**. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2019.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CAMPO GRANDE (PDP). Lei Complementar n.º 434, de 18 de dezembro de 2017. Campo Grande: PLANURB – Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, 2019. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE (PMCG). **ZEIC - Ficha 01 - Parque dos Poderes**. Disponível em: https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb?s=parque+dos+poderes&post_type=sec-downloads. Acesso em: 5 set. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Clêane Oliveira dos. Territórios e espaços vividos no município de Itabaiana/SE. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 3, p. 152-174, dez. 2009. ISSN 1982-1956.

SERPA, Ângelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004. ISSN 2179-0892.

SISTEMA MUNICIPAL DE INDICADORES GEORREFERENCIADOS PARA O PLANEJAMENTO E A GESTÃO DE CAMPO GRANDE/MS (SISGRAN). Disponível em: <https://sisgranmaps.campogrande.ms.gov.br/>. Acesso em: 5 set. 2025.

ZUKIN, Sharon. **The cultures of cities**. Oxford: Blackwell, 1995.



DECLARAÇÕES

CONTRIBUIÇÃO DE

Ao descrever a participação de cada autor no manuscrito, utilize os seguintes critérios:

- **Concepção e Design do Estudo:** Natália Dotta.
- **Curadoria de Dados:** Victoria Delvizio.
- **Análise Formal:** Scarlet Camargo da Costa.
- **Aquisição de Financiamento:** Não se Aplica.
- **Investigação:** Silvana Romanini Monti.
- **Metodologia:** Silvana Romanini Monti. Aponte quem desenvolveu e ajustou as metodologias aplicadas no estudo.
- **Redação - Rascunho Inicial:** Natália Dotta.
- **Redação - Revisão Crítica:** Victoria Mauricio Delvizio.
- **Revisão e Edição Final:** Victoria Mauricio Delvizio.
- **Supervisão:** Luiza Orrigo Silva.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Nós, **Silvana Romanini Monti; Natália Dotta; Scarlet Camargo da Costa; Luiza Orrigo Silva; Victoria Mauricio Delvizio**, declaramos que o manuscrito intitulado "**Acessibilidade Simbólica e Apropriação dos Espaços Públicos na Cidade Contemporânea: Parque dos Poderes em Campo Grande - MS**":

1. **Vínculos Financeiros:** Não possui/possui vínculos financeiros que possam influenciar os resultados ou interpretação do trabalho. Nenhuma instituição ou entidade financiadora esteve envolvida no desenvolvimento deste estudo.
2. **Relações Profissionais:** Não possui/possui relações profissionais que possam impactar na análise, interpretação ou apresentação dos resultados. Nenhuma relação profissional relevante ao conteúdo deste manuscrito foi estabelecida.
3. **Conflitos Pessoais:** Não possui/possui conflitos de interesse pessoais relacionados ao conteúdo do manuscrito. Nenhum conflito pessoal relacionado ao conteúdo foi identificado.